



O desenvolvimento tecnológico e a grande expansão da indústria química, petroquímica e de petróleo nas últimas décadas têm gerado uma enorme movimentação de produtos químicos em todo País. Como consequência dessa movimentação, tem-se a ocorrência de acidentes, as chamadas emergências químicas, as quais podem afetar a saúde e segurança do homem, meio ambiente e causar danos ao patrimônio público e privado.

A história mundial mostra uma enorme quantidade de emergências químicas com severas consequências ao homem e ao meio ambiente. Foi a partir de grandes acidentes industriais como Seveso, na Itália (1976), Cidade do México (1984) e Bhopal, na Índia (1984), que diversas instituições internacionais desenvolveram programas visando a prevenção, preparação e resposta a esses eventos.

No Brasil, após o acidente de Cataguases, em março de 2003, onde ocorreu ruptura de uma barragem com resíduos da indústria de papel e celulose, gerando a contaminação de mais de 200 km de corpos d'água em Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Ministério do Meio Ambiente elaborou no mesmo ano, em conjunto com outros Ministérios e todos os estados brasileiros, o Plano P2R2 - Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos. Nele, está prevista a criação de estruturas estaduais, às quais têm como uma de suas atribuições a criação das Comissões Estaduais do P2R2, às quais caberão, dentre outras atividades, elaborar os seus Planos de Ação de Emergência para os acidentes com produtos químicos. No entanto, até esse momento, pouquíssimos estados criaram suas Comissões.

No mundo atual, onde não falta acesso à informação, parece que todos nós estamos esquecendo dos acidentes ocorridos e estamos fechando os olhos para as possíveis situações que teremos que enfrentar. Temos pouca memória e infelizmente não aprendemos com os acidentes.

Alguém duvida que poderá ocorrer um grande vazamento de um gás tóxico (ou inflamável) em alguma grande cidade do Brasil? Em junho de 2006 ocorreu a queda de cilindros de butilmercaptana (odorizante do gás de cozinha) na marginal em São Paulo, tendo o odor sido percebido a mais de 8 km. Mais de 40 pessoas foram atendidas nos hospitais, cujos efeitos se restringiram ao incômodo gerado pela inalação do produto. A pergunta que todos faziam à época

Resposta planejada

ca foi: e se fosse um gás tóxico como amônia ou cloro, quais teriam sido as consequências? O sistema de resposta da cidade está preparado para uma emergência dessa natureza? Quais hospitais estão preparados para receberem vítimas de intoxicação química? Algumas das respostas que ouvi me convenceram, outras não.

Numa situação como essa, certamente haveria uma enorme mobilização dos órgãos públicos e a emergência seria prontamente atendida, envolveria muitas pessoas, instituições e recursos. Mas não foi essa a pergunta. A pergunta foi se o sistema está preparado para essa situação. Estar respondendo não significa que se está preparado para responder, e nem que se está respondendo bem.

MULTI-INSTITUCIONAL

De forma geral, nos estados há instituições que apresentam melhor infra-estrutura e capacitação para atendimento a emergências químicas do que outras. Mas nenhuma instituição atende, com a qualidade necessária, a uma emergência química sozinha. São tantas frentes de trabalho numa emergência (isolamento de área, interdição de vias, evacuação, trabalhos de contenção em solo e água, monitoramento do produto no solo, ar e água, entre outros) e tantos aspectos a serem observados (segurança, ambiental, trânsito, comunidade) que uma única instituição não possui contingente suficiente para realizar todas as tarefas de forma rápida, segura e com o conheci-

mento técnico necessário.

E por ser a resposta a uma emergência química uma tarefa multi-institucional e pensando como um sistema de resposta, entendo que não estamos preparados para esses eventos, pois alguns setores ainda necessitam de uma melhor preparação e até de definição quanto às suas atribuições e responsabilidades na cena da emergência.

Portanto, não há motivos técnicos para que os estados não iniciem o planejamento dos trabalhos visando elaborar seus planos de emergência, onde cada instituição poderá firmar o compromisso (ainda que ele já exista), perante as demais, de estar devidamente preparada para atuar conforme suas atribuições legais. Isso significa disponibilidade 24 horas por dia, possuir uma central ou sistemática de acionamento, recursos materiais e recursos humanos capacitados para atuarem, etc.

É nesse aspecto que o Plano P2R2 tem um papel fundamental, pois motiva e fomenta nos estados a discussão sobre prevenção, preparação e resposta às emergências químicas. É a oportunidade de instituições como Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, órgão ambiental, setor Saúde, órgão de trânsito, Polícia Rodoviária Estadual e Federal, prefeituras e outras, se reunirem e planejarem suas ações. Planejamento é a chave do sucesso na resposta emergencial.

Não se pode perder de vista que a grande maioria dos acidentes é previsível. E por serem previsíveis, não há argumentos para não se estar preparado para respondê-los. O discurso de que "...não fazia idéia que isso poderia ocorrer..." não servirá de justificativa para ninguém.

Já ouvi de muitos profissionais que "o acidente" ainda não ocorreu no Brasil, referindo-se a

uma emergência química em área urbana, com muitas vítimas e com grande comoção social. Pessoalmente, entendo que o verdadeiro acidente será aquele gerado pelos órgãos públicos que sabiam que esse acidente aconteceria em algum momento, mas não se prepararam adequadamente para minimizar seus impactos.

A sociedade aceita conviver com os riscos impostos pelo desenvolvimento tecnológico. Porém, ela também espera que o poder público faça a sua parte, regulando, fiscalizando e intervindo adequadamente nas emergências químicas.

ARQUIVO CETESB



Estados precisam preparar seus planos de emergência